



ACÓRDÃO Nº568/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12208/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico-COHASB
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Renan Castro Maia
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 974/2023-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB. Exercício de 2021.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico-COHASB**, exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Renan Castro Maia**, na condição de Diretor e ordenador de despesas;
- 10.2. **Considerar em alcance** o **Sr. Renan Castro Maia**, no valor de R\$ 6.915,00 correspondentes aos bens sem comprovação documental, nem física (quais sejam: motocicleta Honda, ano 2009, modelo Biz 125KS, cor preta, no valor de R\$ 6.565,00, e um HD externo 320GB, no valor de R\$ 350,00, perfazendo R\$ 6.915,00) e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da GLOSA, mencionado nas alíneas c’ e d’ do inc. III do art. 22, além da multa prevista no art. 53, ambos da Lei estadual nº 2.423/96, com condenação do ordenador em alcance, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Humaitá.
- 10.3. **Considerar em alcance** o **Sr. Renan Castro Maia**, no valor de R\$ 10.730,00 em diárias não foi acompanhadas de documentação



ACÓRDÃO Nº568/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

comprobatórias (quais sejam: atos concessivos, provas de deslocamentos, relatórios de atividades), e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da GLOSA, mencionado no art. 22, inc. III, alíneas c' e d', e 53 da Lei estadual nº 2.423/96, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Humaitá;

10.4. Aplicar multa ao Sr. Renan Castro Maia, no valor de R\$ 13.654,39 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no art. 54, inc. VI, da Lei estadual nº 2.423/96, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Aplicar multa o Sr. Renan Castro Maia, no valor de R\$ 6.827,19 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no art. 54, inc. IV, da Lei estadual nº 2.423/96, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica



ACÓRDÃO Nº568/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Aplicar multa o Sr. Renan Castro Maia**, no valor de R\$ 3.413,60 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no art. 54, inciso II, da Lei nº 2.423/96, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento dos valores das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.8. Dar ciência ao Sr. Renan Castro Maia**, e aos demais interessados.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos



ACÓRDÃO Nº568/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral